

Brasília

Depois de fazer aprovar quase todas as teses de seu interesse nas fases iniciais do Congresso constituinte, o influente "lobby" militar se vê agora na iminência de amargas derrotas. Sem alarde, ganham espaço propostas que implicam reduzir o poder das Forças Armadas — cujos chefes resistem à idéia de se limitar a funções profissionais.

A mais importante dessas propostas — a que se materializa no substitutivo que o relator Bernardo Cabral vai encaminhar na próxima semana à Comissão de Sistematização — é a extinção do Conselho de Segurança Nacional, com a criação, em seu lugar, de um Conselho da República em que os militares teriam um único representante.

É extinta também a tutela do Exército sobre as Polícias Militares, que passam a se subordinar apenas aos governos estaduais. Seria o primeiro passo para que as PMs voltem a exercer com exclusividade sua tarefa de defender a população. Atualmente elas estão voltadas em grande medida para a chamada "ordem interna" — um antigo membro do governo Montoro dizia antontem que, numa visita à academia onde se formam os oficiais da PM, descobriu que cerca de 30% do currículo eram destinados à "ideologia da segurança nacional".

A Aeronáutica também perde terreno, com a passagem do DAC (Departamento da Aviação Civil) para o Ministério dos Transportes. Mas o

ponto que provoca maior irritação nos quartéis é a anistia aos militares cassados após 1964 — a ponto de o ministro do Exército, general Leonidas, dizer que as Forças Armadas "não aceitarão" essa medida se adotada pela Constituinte.

Pelo substitutivo, os anistiados não poderão regressar à tropa nem receberão os pagamentos atrasados (recebem só a partir de agora, nos postos a que teriam direito, na reserva). Mas não há como disfarçar o sentido político dessa anistia: "É um julgamento em que se condena o movimento de 1964 e se absolve, como injustiçados, os que foram unidos por ele". A afirmação, feita ontem, é do professor da Unicamp e coronel da reserva Geraldo Cavagnari, um veemente crítico da interferência militar nos assuntos de Estado e defensor da anistia.

Para completar, o projeto instaura o parlamentarismo, sistema que vem sendo enfaticamente condenado pelos ministros militares (afinal, é mais fácil pressionar um presidente do que um Parlamento inteiro). O substitutivo contém ainda uma agravante: os ministros militares estão sujeitos, do mesmo modo que os civis, a serem demitidos pelos deputados.

Igor Fuser

Males da FOLHA DE SÃO PAULO

Embora ainda não formulado, o novo texto a ser redigido pelo deputado Bernardo Cabral consagrará o voto misto, da mesma forma que os anteriores anteprojeto e projeto da Comissão de Sistematização. Esse é um imperativo das decisões tomadas pelas comissões, o que é verdade também para a má fórmula de parlamentarismo que será apresentada.

Quanto ao voto misto, macacaqueação do sistema alemão com o qual não temos qualquer afinidade, ver-se-á em pouco tempo a força oligárquica de que se revestirá, agravando as dificuldades de nossa pseudodemocracia. Na proposta em encaminhamento, metade das cadeiras da Câmara serão preenchidas por voto distrital e a outra metade por votação geral, na legenda partidária. No primeiro caso, se não ficar especificado que o voto distrital será majoritário, isto é, que o eleito terá que reunir as preferências de metade mais um dos sufrágios válidos, teremos deputados distritais de maioria simples que, com a pluralidade de siglas existentes, reunirão, às vezes, apenas, de 20 a 30%, ou menos, das preferências de um só distrito. Essa parcela irrepresentativa, facilmente conduzida ao êxito pelas máquinas de pressão, poderá rebaixar ainda mais o nível parlamentar exacerbando os "lobbies".

Pior ainda serão os efeitos do voto de lista, pois, nessa parte da escolha, o eleitor ficará sem

Rio de Janeiro

preferência nominal. Votará apenas no partido e, apurados os sufrágios, a Justiça definirá, como hoje, quantos eleitos terá cada organização, segundo a proporcionalidade indicada pelas urnas. Se um partido alcançar, por exemplo, o direito a dez cadeiras, os beneficiários serão aqueles personagens que, em sua lista, ocuparem os dez primeiros lugares. Dessa forma, sem qualquer ligação com o votante, personagens favorecidos pelas máquinas que controlam as convenções terão o privilégio de ser nomeados, quando ingressarem em chapas de grandes partidos. E a compra de cadeiras estará também aberta, pela possibilidade de favorecimento na lista.

O que se está elaborando é o fortalecimento dos clãs políticos. O processo distrital puro, de escolha majoritária absoluta, com duplo escrutínio, seria o meio adequado para criar, em poucos anos, estruturas políticas democráticas de maior autenticidade e operacionalidade. Mas os interesses das cúpulas partidárias, ajudados pela confusão de vários partidos à esquerda, esquecidos até de que a abolição desse sistema na França levou-os a penosa derrota, conduzem-nos à péssima fórmula em andamento.

Newton Rodrigues